# **Demonstrações Contábeis**

Allied Tecnologia S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019 com Relatório do Auditor Independente



## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

1	ı•
Ind	בסוו
HIU	IICE



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Allied Tecnologia S.A.** São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### Reconhecimento de receita

O processo de reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas envolve um número elevado de controles com o objetivo de se assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência corretos, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar a receita de produtos faturados e não entregues, cujo registro poderia ser reconhecido na competência incorreta.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos chaves relacionados ao processo de venda, envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e análise dos documentos de venda visando confirmar a data da entrega dos produtos para uma amostra das receitas reconhecidas ao longo do ano. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos considerando as expectativas obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia, além de tendências e sazonalidade da operação aplicáveis ao setor.

Como resultado destes procedimentos, foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de reversão da receita reconhecida, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e utilizados no reconhecimento de receitas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



#### Recuperabilidade de ágio ("goodwill") gerado em combinações de negócios

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 11, um saldo de ágio de R\$618.580 mil no consolidado, representando aproximadamente 17% do total do ativo consolidado em 31 de dezembro de 2020.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseando em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, margem de lucro de todas as Unidade Geradora de Caixa (UGC). Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do goodwill, incluídas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



# Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais
  e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos
  procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria
  apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção
  relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver
  o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas
  intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



 Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreira Contador CRC-1SP218313/O-4

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consc	olidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	366.512	289.334	382.314	292.268	
Títulos e valores mobiliários	4.1	-	2.000	-	2.000	
Contas a receber	5	1.399.404	1.220.940	1.401.512	1.238.376	
Estoques	6	615.258	419.365	615.258	421.842	
Tributos a recuperar	7	239.590	237.214	239.590	238.956	
Partes relacionadas	14	4.218	7.785	3.212	2.597	
Outros ativos	-	82.469	54.776	82.470	58.993	
Total do ativo circulante	- -	2.707.451	2.231.414	2.724.356	2.255.032	
Não circulante						
Contas a receber	5	40.279	39.912	40.279	39.912	
Estoque	6	26.707	-	26.707	-	
Investimento	9	3.310	180.637	-	-	
Direito de uso	10	117.645	107.246	117.645	111.554	
Imobilizado	-	33.828	21.146	33.828	24.047	
Intangível	11	747.637	559.460	754.129	748.371	
Outros ativos		19.040	-	19.040	-	
Total do ativo não circulante	_	988.446	908.401	991.628	923.884	

otal do ativo	3.695.897	3.139.815	3.715.984	3,178,916

		Controladora		Conso	olidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	12	1.760.829	1.340.691	1.760.829	1.346.033	
Obrigações contratuais com clientes	5.1	22.553	-	22.553	22.000	
Arrendamento mercantil	10	17.294	12.930	17.294	13.474	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	79.018	78.218	98.935	78.218	
Obrigações trabalhistas	-	34.654	26.600	34.654	32.416	
Obrigações tributárias	-	21.642	20.162	21.779	23.341	
Adiantamento de clientes	-	26.479	24.871	26.479	26.311	
Dividendos a pagar	17.c	6.705	937	6.705	937	
Partes relacionadas	14	21.047	46.544	21.047	45.346	
Outros passivos	16	11.504	38.801	11.537	38.746	
Total do passivo circulante	_	2.001.725	1.589.754	2.021.812	1.626.822	
Não circulante						
Fornecedores	12	-	-	-	1.000	
Obrigações contratuais com clientes	5.1	47.288	-	47.288	-	
Arrendamento mercantil	10	108.481	98.335	108.481	102.300	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	344.431	424.029	344.431	424.029	
Provisão para demandas judiciais	15	3.043	4.274	3.043	4.274	
Obrigações tributárias	-	2.008	-	2.008	2.233	
Imposto de renda e contribuição social						
diferidos	8.a	48.092	25.478	48.092	19.259	
Outros passivos	16	10.242	27.822	10.242	28.876	
Total do passivo não circulante	_	563.585	579.938	563.585	581.971	
Patrimônio líquido						
Capital social	17.a	786.418	772.741	786,418	772.741	
Reserva de capital		11.525	25.678	11.525	25.678	
Reservas de lucros	17.b	332.644	171.704	332.644	171.704	
Total do patrimônio líquido	- -	1.130.587	970.123	1.130.587	970.123	
	_		0.400.045		0.470.045	
Total do passivo e patrimônio líquido	=	3.695.897	3.139.815	3.715.984	3.178.916	

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Consolidado		
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receita líquida de vendas	19	4.720.011	3.613.695	4.722.413	3.711.271	
Custo dos produtos vendidos	20	(3.981.741)	(3.102.369)	(3.984.134)	(3.125.617)	
Lucro bruto	_	738.270	511.326	738.279	585.654	
Receitas/(despesas) operacionais						
Com vendas	21	(342.543)	(257.839)	(341.931)	(284.264)	
Gerais e administrativas	22	(132.986)	(86.092)	(132.999)	(124.984)	
Equivalência patrimonial	9	` (423)	` 3.793 <sup>′</sup>	`	-	
Outras despesas e receitas operacionais,		, ,				
líquidas	23	8.041	5.573	7.036	3.207	
Lucro operacional antes do resultado	_					
financeiro		270.359	176.761	270.385	179.613	
Desultada financaira						
Resultado financeiro	0.4	(00.044)	(70.040)	(00.040)	(00,000)	
Despesas financeiras	24	(89.614)	(79.049)	(89.640)	(80.099)	
Receitas financeiras	24 _	11.515	11.224	11.515	11.319	
Lucro antes do imposto de renda e da		400.000	400.000	400.000	440.000	
contribuição social	-	192.260	108.936	192.260	110.833	
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	8.b	(1.092)	_	(1.092)	(4.953)	
Diferido	8.b	(23.523)	(8.306)	(23.523)	(5.250)	
	-	, /	( )	, ,	( /	
Lucro líquido do exercício	<del>-</del>	167.645	100.630	167.645	100.630	
Lucro por ação						
Básico (reais por ação)	27	2,0847	1,2514	2,0847	1,2514	
Diluído (reais por ação)	27	1,9495	1,1702	1,9495	1,1702	
Dilata (Todio por agas)		.,0400	., .,	.,0-100	., .,	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Contro	oladora	Conso	lidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Lucro líquido do exercício	167.645	100.630	167.645	100.630	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício	167.645	100.630	167.645	100.630	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

			_	Reservas de lucros				
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018		759.041	26.021	8.032	41.482	79.373	-	913.949
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	100.630	100.630
Aumento de capital	17.a	13.700	-	-	-	-	-	13.700
Gasto com emissão de ações		-	(803)	_	-	-	-	(803)
Constituição da reserva legal		-	-	5.031	-	-	(5.031)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17.b	-	-	-	91.850	-	(91.850)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(937)	(937)
Dividendos adicionais	17.c	-	-	_	-	(56.952)	-	(56.952)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	-	` 2.812 <sup>´</sup>	(2.812)	-
Acervo líquido TVDA 1		-	=	-	-	56	` -	56
Acervo líquido TVDA 2		-	-	-	-	20	-	20
Plano de opções de ações		-	460	-	-	-	-	460
Em 31 de dezembro de 2019	_	772.741	25.678	13.063	133.332	25.309	-	970.123
Em 31 de dezembro de 2019		772.741	25.678	13.063	133.332	25.309	-	970.123
Lucro líquido do período		-	_	-	_	-	167.645	167.645
Aumento de capital - RCA 08/09/2020 Recompra de opções de compra de ações - RCA	17.a	13.677	-	-	-	-	-	13.677
19/10/2020	17.a	_	(13.677)	_	-	_	-	(13.677)
Juros com notas promissórias		_	`(1.279)	_	-	_	-	`(1.279)
Constituição da reserva legal		-	-	8.382	-	-	(8.382)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17.b	-	-	-	132.443	-	(132.443)	-
Dividendos estatutários	17.c	-	-	-	-	-	` (6.705)	(6.705)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	10.986	(10.986)	` -′
Lucros retidos no exercício	17.b	-	-	-	-	9.129	`(9.129)́	-
Outros		-	803	-	-	-	•	803
Em 31 de dezembro de 2020	- _	786.418	11.525	21.445	265.775	45.424	-	1.130.587

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:	110.833
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 192.260 108.936 192.260  Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:	110.833
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 192.260 108.936 192.260  Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:	110.833
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:	
operacionais:	
Depreciação e amortização         58.392         36.875         58.392	43.116
Obrigações contratuais com clientes 47.841 - 47.841	9.153
Provisão (reversão) para perdas de créditos esperadas 47.578 7.336 47.578	7.354
Provisão para perdas nos estoques 5.320 6.383 5.325	6.384
Provisão (reversão) para demandas judiciais (1.231) 2.966 (1.231)	2.966
Encargos financeiros (outras contas a pagar)  892 - 892	- 0.70
Encargos financeiros (partes relacionadas) - 2.748 - 20.700	2.872
Encargos financeiros (empréstimos e financiamentos) 19.727 30.709 19.727 Encargos financeiros (arrendamento mercantil) 24 12.672 10.748 12.672	30.709 11.252
Encargos financeiros (arrendamento mercantil) 24 <b>12.672</b> 10.748 <b>12.672</b> Resultado de equivalência patrimonial 9 <b>423</b> (3.793)	11.252
Custos incorridos na transação com debêntures 2.056 4.842 2.056	4.842
Resultado pela baixa de ativos 735 - 735	4.042
Reversão de indenização contratual (13.218) (15.283)	(15.283)
(101210) (101210)	(10.200)
(Acréscimo) e decréscimo de ativos:	
Contas a receber (204.480) (277.515) (211.080)	,
Estoques (227.854) 22.043 (225.448)	
Tributos a recuperar 4.442 (30.806) 4.673	(31.606)
Partes relacionadas (1.621) 1.299 (1.621)	
Outros ativos (30.452) 12.586 (28.695)	9.708
Acréscimo e (decréscimo) de passivos:	
Fornecedores <b>413.458</b> 80.134 <b>413.796</b>	87.928
Obrigações trabalhistas 2.238 2.716 2.238	2.962
Obrigações tributárias (385) 9.583 (367)	
Adiantamento de clientes 1.120 5.994 169	7.383
Partes relacionadas - 127 -	127
Outros passivos (937) (1.771) 101	(2.802)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 328.976 16.857 326.795	32.984
Imposto de renda e contribuição social pagos (32) (393)	(7.282)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 328.944 16.464 326.763	25.702

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		Controladora		Conso	olidado
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(55.765)	(34.379)	(57.446)	(46.189)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível		4.728	656	423	2.964
Resgate de títulos e valores mobiliários		2.000	-	2.000	-
Constituição/ Investimento e aquisição de controladas		(4.306)	(10)	-	-
Recebimento de partes relacionadas		-	1.551	-	1.551
Recebimento de dividendos		-	12.000	_	-
Caixa líquido aquisição de/oriundo da aquisição e					
incorporação de controladas		2.753	38.150	-	-
Outros		-	-	-	4
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades	-				
de investimentos		(50.590)	17.968	(55.023)	(41.670)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		9.842	350.000	32.463	350.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(90.353)	(311.111)	(93.492)	(311.111)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(19.748)	(30.677)	(19.748)	(30.677)
Custos incorridos na transação com debêntures		(322)	(7.455)	(322)	(7.455)
Pagamento arrendamento mercantil		(27.716)	(21.204)	(27.716)	(22.410)
Pagamento do principal de parcelamento de impostos		(650)	-	(650)	(249)
Pagamento dos juros de parcelamento de impostos		(84)	-	(84)	(5)
Pagamentos de outras contas a pagar	_	(32.610)	(16.344)	(32.610)	(16.344)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(161.641)	(36.791)	(142.159)	(38.251)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com os acionistas					
Gasto com emissão de ações		(13.020)	(803)	(13.020)	(803)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17.c	(937)	(3.000)	(937)	(3.000)
Pagamentos de partes relacionadas		(25.578)	(49.082)	(25.578)	(49.082)
Aumento com planos de outorga de opções de		( /	( /	( /	( /
compras de ações		-	460	-	460
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de	-				
financiamento com acionistas	-	(39.535)	(52.425)	(39.535)	(52.425)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa		77.178	(54.784)	90.046	(106.644)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	289.334	344.118	292.268	398.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		366.512	289.334	382.314	292.268
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	_	77.178	(54.784)	90.046	(106.644)

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		Contr	oladora	Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receitas, líquidas das devoluções,						
descontos e abatimentos	19	5.752.001	4.398.255	5.754.462	4.508.322	
Outras receitas	23	8.041	5.573	7.036	3.207	
Receitas	-	5.760.042	4.403.828	5.761.498	4.511.529	
Custos dos produtos, das mercadorias e						
dos serviços vendidos	20	(3.967.622)	(3.094.680)	(3.970.015)	(3.099.659)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e	24/22	(270 004)	(470 700)	(270 202)	(247.404)	
outros	21/22	(278.881)	(178.792)	(278.282)	(217.104)	
Insumos adquiridos de terceiros		(4.246.503)	(3.273.472)	(4.248.297)	(3.316.763)	
Valor adicionado bruto		1.513.539	1.130.356	1.513.201	1.194.766	
Depreciação, amortização e exaustão	20/21/22	(58.393)	(36.875)	(58.393)	(43.116)	
Valor adicionado líquido produzido pela		1.455.146	1.093.481	1.454.808	1.151.650	
Companhia		1.455.146	1.093.461	1.434.606	1.151.050	
Resultado de equivalência patrimonial	9	(423)	3.793	-	_	
Receitas financeiras	24	11.515	11.224	11.515	11.319	
	-	11.092	15.017	11.515	11.319	
Valor adicionado total a distribuir	<del>-</del>	1.466.238	1.108.498	1.466.323	1.162.969	
Remuneração direta e tributos sobre a						
folha de pagamento	20/21/22	(155.262)	(128.990)	(155.262)	(166.721)	
Pessoal	-	(155.262)	(128.990)	(155.262)	(166.721)	
Federais (diretos e indiretos)	19	(506.208)	(383.898)	(506.227)	(392.912)	
Estaduais	19	(520.950)	(399.093)	(520.990)	(399.601)	
Municipais	19	(5.924)	(1.569)	(5.924)	(9.491)	
Outros	8.b	(23.523)	(8.306)	(23.523)	(5.250)	
Tributos, taxas e contribuições		(1.056.605)	(792.866)	(1.056.664)	(807.254)	
Despesas financeiras	24	(89.614)	(79.049)	(89.640)	(80.099)	
Aluguéis	21/22	2.888	(6.963)	2.888	(8.265)	
Remuneração de capitais de terceiros		(86.726)	(86.012)	(86.752)	(88.364)	
Valor adicionado distribuído	-	167.645	100.630	167.645	100.630	
Remuneração de capitais de próprios		167.645	100.630	167.645	100.630	
Dividendos		6.705	937	6.705	937	
Lucros retidos		160.940	99.693	160.940	99.693	

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Allied Tecnologia S.A. ("Companhia") foi constituída em 2014 e tinha como objeto principal a participação em outras sociedades. Em 1º de abril de 2016, a Companhia incorporou a Allied S.A. (constituída no ano de 2001), Companhia que atuava principalmente no ramo de comércio atacadista e varejista em geral de produtos de telefonia móvel, informática, entre outros, e na prestação de serviços de logística. A Companhia é controlada pelos FIPs Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, onde ambas somadas detêm 75% de participação, tendo como cotistas empresas de investimento geridas pela Advent International Corporation ("Advent"). A matriz da Companhia está situada na cidade de Jundiai, estado de São Paulo, Brasil, exercendo negócios em diversas filiais pelo Brasil.

A Companhia tem em suas atividades atuais, exercidas por si ou por suas controladas, o comércio atacadista e varejista em geral de aparelhos de telefonia, informática, eletroeletrônicos e seus acessórios e periféricos, assim como a prestação de serviços de logística de distribuição, desenvolvimento de programas e seu licenciamento, tratamento de imagens, serviços financeiros e outros serviços relacionados à habilitação e usuários na área de telecomunicação.

Em 2 de janeiro de 2019, ocorreu a incorporação da Arte Telecom Ltda., controlada que tinha como principal objetivo a venda de celulares em varejo físico, produtos de informática, eletrônicos e eletroportáteis, seguros para celulares e aparelhos telefônicos, tendo sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial.

Em 1º de julho de 2019, a Companhia incorporou as controladoras TVDA Participações 1 S.A. e TVDA Participações 2 S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação, com a versão da totalidade do patrimônio líquido da TVDA Participações 1 S.A e TVDA Participações 2 S.A para a Companhia.

Em 23 de agosto de 2019, a Companhia constituiu sociedade empresária limitada que atua sob a denominação social de Soudi Pagamentos Ltda. A controlada tem como principal objetivo a prestação de serviços de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos, gerenciamento de contas de pagamento, emissão de instrumentos de pagamento, entre outros. A controlada encontra-se em fase pré-operacional, não tendo resultados operacionais.

Em 1º de janeiro de 2020, ocorreu a incorporação da Wooza Tecnologia e Representações S.A. pela Companhia, controlada que tinha como principal objetivo a prestação de serviços de habilitação de planos de dados, voz e recarga e desenvolvimento de sistemas tecnológicos, tendo sua consequente extinção, com a incorporação total do acervo patrimonial. Todas as quotas de emissão da Wooza Tecnologia e Representações S.A. foram canceladas, sendo que a versão do patrimônio líquido da Wooza para a Companhia não resultou aumento do capital social conforme nota explicativa nº 9.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

Em 1 de novembro de 2020, ocorreu a incorporação da Mobcom Tecnologia Ltda., controlada que tinha como principal objetivo o comércio varejista de eletrônicos (e-commerce), tendo sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial, eliminado com o investimento existente, não resultando em aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem 256 estabelecimentos comerciais (156 em 31 de dezembro de 2019) localizados em diversos estados, concentrado em sua maioria na região Sul e Sudeste do país.

Em 25 de novembro de 2020, a Companhia teve o registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme instrução normativa 480/2009, ficando admitida à negociação futura de suas ações em mercados regulamentados de valores mobiliários.

A conclusão das demonstrações contábeis da controladora e consolidado aqui presentes foram aprovadas e autorizadas à publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 1 de março de 2021.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

#### 2.1. Declaração de conformidade

As informações das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

#### 2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis.

#### 2.3. Impactos da Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia global. Após essa declaração, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus, refletindo assim nas atividades de diversas empresas, suspendendo ou reduzindo suas operações. O impacto na economia global foi significativo, com redução da atividade econômica em diversos países, incluindo o Brasil. A Companhia adotou algumas flexibilizações nas Leis Trabalhistas anunciadas pelo Governo em função do COVID-19 durante o ano de 2020, como redução da jornada de trabalho e consequente redução de salário, redução de salário da alta gestão, aviso de férias, postergação no pagamento de FGTS e trabalho remoto dos colaboradores do escritório central (home office).

Desde o início até o auge da pandemia, a Administração instituiu comitês bissemanais de gestão de crises para definir e acompanhar o plano de ação, listado abaixo.

As ações da Companhia foram focadas em:

### 1. Pessoas

Para minimizar a exposição dos colaboradores ao novo coronavírus, implementamos uma nova dinâmica de trabalho em *home office*. Como suporte nesse momento de grande desafio, realizamos diversas comunicações com o intuito de promover a saúde física e psicológica dos nossos colaboradores, ao mesmo tempo em que conservamos o nível de produtividade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

#### 2.3. Impactos da Covid-19--Continuação

#### 2. Comunidade

Ciente da sua responsabilidade social, a Companhia realizou a doação de equipamentos de tecnologia, entre monitores, notebooks e celulares para os profissionais do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Além disso, a Companhia engajou os colaboradores na doação de recursos para a ação "Cestou na Liga", organizada pela Liga Solidária com o compromisso de duplicar o valor doado pelos seus colaboradores, sendo o montante arrecadado destinado à ação que promove a doação de cestas básicas para famílias carentes.

#### 3. Empresa

Frente à COVID-19, a Companhia se posicionou para promover a proteção dos negócios desenvolvidos por meio da agilidade nas ações para aumentar sua resiliência. Nesse contexto, foram particularmente relevantes ações de:

- (i) novas linhas de capital de giro com banco;
- (ii) antecipação de recebíveis;
- (iii) monitoramento de risco de crédito de clientes;
- (iv) negociação de prazo de pagamento com os fornecedores, e;
- (v) redução de despesas fixas e operacionais, incluindo redução de salário da alta gestão, redução do quadro de funcionários e renegociação de aluguéis.

Foram também relevantes as iniciativas para adaptação ao cenário desafiador, incluindo: aceleração de novos canais digitais, implementação de infraestrutura para atender à crescente demanda online e a expansão da venda para varejistas que encontravam dificuldades de comprar diretamente dos fabricantes, com a necessária análise criteriosa dos créditos.

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, a Companhia avaliou os possíveis impactos em seus negócios relacionados ao avanço do COVID-19, reavaliando com prudência suas premissas. Abaixo estão os principais temas que foram avaliados durante a elaboração das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia referente a 31 de dezembro de 2020:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

#### 2.3. Impactos da Covid-19--Continuação

- 3. Empresa--Continuação
  - (a) Continuidade operacional: dado a incerteza de cenário, a Companhia atualizou seu plano de negócio de curto, médio e longo prazo, considerando premissas observáveis até o momento, como por exemplo o fechamento temporário de lojas físicas e sua posterior reabertura gradual de acordo com as condições impostas por cada localidade e migração de vendas para o canal *e-commerce*. Analisando e projetando alguns cenários, a Companhia não identificou elementos que mostrem um risco de continuidade operacional, dado também a flexibilização para reabertura do comércio feita por cada localidade no final do segundo trimestre. Vale ressaltar que, conforme mudanças de cenários a curto prazo, a Companhia reavaliará suas projeções.
  - (b) Redução do valor recuperável ("impairment"): a Companhia projetou o fluxo de caixa de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) e concluiu não ser necessário ajustar o valor em uso dos ativos (Nota 11).
  - (c) Liquidez: em março de 2020, a Companhia adotou medidas de precaução e readequou sua estrutura de custos com o objetivo de aumentar sua posição de caixa e preservar sua flexibilidade financeira. Essa medida mostrou-se muito benéfica durante o auge da pandemia, sendo que no final do exercício a Companhia voltou a ter uma posição de caixa usual para sua operação.
  - (d) Provisão para perda de créditos esperadas: analisou também o potencial risco relacionado à inadimplência de seus clientes diante do cenário imposto pela COVID-19. Diante dos cenários de incertezas, a Companhia pesquisou os principais índices de mercado, como indicadores de confiança e expectativas, crescimento econômico, risco de crédito e concluiu que a COVID-19 trouxe deterioração significativa nas expectativas sobre a conjuntura econômica futura. Com isso, a Companhia entende que o nível de perda observada para constituição de provisão para perda de créditos esperadas levou em consideração novas métricas de mercado para tal provisão. A Companhia registrou provisões adicionais vinculadas a este evento extraordinário, detalhados na Nota Explicativa nº 5.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

## 2.3. Impactos da Covid-19--Continuação

- 3. Empresa--Continuação
  - (e) Realização dos estoques: a Companhia avaliou o valor recuperável de seus estoques em 31 de dezembro de 2020, considerando as projeções mencionadas no item "a" acima e um provável reajuste dos valores de venda de seus produtos, visando o seu rápido escoamento. A Companhia concluiu já possuir provisão em nível adequado para perdas em estoque, não sendo necessária uma provisão adicional.

#### 2.4. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem as operações das controladas Mobcom Tecnologia Ltda. ("Mobcom") e Soudi Pagamentos Ltda., desde sua constituição, e Wooza Tecnologia e Representações S.A. ("Wooza"), a partir da data de aquisição:

#### a) Procedimentos de consolidação

			Participa	ação (%)
Subsidiária	Participação	País	31/12/2020	31/12/2019
Mobcom Tecnologia Ltda. (b)	Direta	Brasil	-	100%
Wooza Tecnologia e Representações S.A. (a)	Direta	Brasil	-	100%
Soudi Pagamentos Ltda.	Direta	Brasil	100%	100%

<sup>(</sup>a) A Wooza Tecnologia e Representações S.A. foi incorporada em  $1^{\circ}$  de janeiro de 2020.

Os principais procedimentos de consolidação foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas e companhia consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhia consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas entre as empresas e companhia consolidadas.

A Wooza Tecnologia e Representações S.A. e Mobcom Tecnologia Ltda foram incorporadas no exercício corrente, por isso não tem % de participação em 2020.

<sup>(</sup>b) A Mobcom Tecnologia Ltda. foi incorporada em 1º de novembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem ao caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa.

#### b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo montante nominal e realizável dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A Companhia apresenta a rubrica de contas a receber, no ativo circulante líquida das verbas a repassar de fabricantes.

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

#### c) <u>Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes</u>

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e não houver seguro de crédito correspondente contratado.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários tipos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e expectativa de deterioração de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, a taxa de desemprego), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor de varejo, as taxas de perda históricas são ajustadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes--Continuação

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

#### d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões de baixa rotatividade e obsolescência são constituídas quando não há expectativa de realização destes estoques. Além disso, a provisão para ajuste ao valor de realização é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz recuperar os custos incorridos nos produtos revendidos.

#### e) Imposto de renda e contribuição social - correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social.

O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

#### f) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) <u>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</u>--Continuação

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### g) Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, exceto quando algum produto tiver alíquota diferente e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

#### h) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis, de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### j) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível pode ser definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### k) Combinações de negócios

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### k) Combinações de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

#### I) <u>Investimentos</u>

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### m) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é registrado no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seus custos ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorretos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### o) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### p) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes praticamente certos são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.
- (ii) Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

### q) Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados estratégicos um plano de remuneração, liquidado em ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

#### r) Empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros pagos são apresentados na atividade de financiamento conforme facultado pela NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2).

As Debêntures são inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### s) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos, deduzidas dos descontos inerentes do negócio. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas são reconhecidas pela transferência de bens ou serviços prometidas aos clientes a um valor que reflita a contraprestação. Para isso, devem ser considerados os termos do contrato e todos os fatos e circunstância relevantes aplicados a estes, incluindo os custos incrementais e custos incorridos para obtenção e cumprimento do contrato. A receita deve ser reconhecida quando uma obrigação de performance for satisfeita pelo preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, e pode incluir valores fixos, variáveis ou ambos. A Companhia utiliza a rubrica obrigações contratuais com clientes para registrar os valores de vendas com contraprestação a realizar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

### s) Reconhecimento de receita--Continuação

Em atendimento ao CPC 47 / IFRS 15, a Companhia reconhece os incentivos e bonificações pagos aos clientes como deduções de venda, e aplica o modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e determina que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

#### t) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### u) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### Ativos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

u) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração-Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

u) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

u) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

#### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

## u) Instrumentos financeiros -- Continuação

Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

### Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios da NBC TG 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

u) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

#### Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### <u>Desreconhecimento</u>

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

# u) Instrumentos financeiros -- Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não operou com Hedge Accounting durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### v) Arrendamento mercantil

### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia obtenha a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período de sua vida útil estimada e do prazo do arrendamento.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### v) Arrendamento mercantil--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia usa a taxa de captação de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamento de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm opção de compra). Também aplica a locação de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### Arrendamentos sem o controle do bem

A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os bens que ela não possui o controle total do bem, podendo ter que devolver o espaço arrendado a qualquer momento pela solicitação do arrendador. Os pagamentos desse tipo de arrendamento são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### w) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### x) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades considerando um único segmento operacional divulgável, que é utilizado pelo Conselho de Administração para fins de análise e tomada de decisão de negócio, referente aos produtos e serviços descritos na Nota 1.

#### y) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

y) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

#### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia, uma vez que não possuirmos relações de hedge de taxas de juros.

#### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

# 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-Continuação

#### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia.

# Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia passou a reconhecer no resultado os impactos desses benefícios/descontos nestas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, vide notas explicativas 20, 21 e 22.

#### 3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As emissões e/ou alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 1 de janeiros de 2023, listadas a seguir, não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras e pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 Contratos de Seguro
- IAS 1 Classificação dos passivos mencionados como circulante ou não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		lidado
Bancos Aplicações financeiras (a)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	28.152	7.755	42.060	9.190
Aplicações financeiras (a)	338.360	281.579	340.254	283.078
	366.512	289.334	382.314	292.268

<sup>(</sup>a) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em CDB-DI e Compromissadas, com rendimentos equivalentes às taxas de 0,19% am. (0,41% a.m. em 2019) com rendimentos diários, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo significativo da remuneração pactuada.

### 4.1. Títulos e valores mobiliários

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Título de capitalização	-	2.000	-	2.000	
	-	2.000	-	2.000	

# 5. Contas a receber e obrigações contratuais com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber (a)  (-) Perda estimada com créditos de liquidação	1.499.441	1.287.616	1.502.051	1.305.070
duvidosa	(59.758)	(26.764)	(60.260)	(26.782)
	1.439.683	1.260.852	1.441.791	1.278.288
Circulante	1.399.404	1.220.940	1.401.512	1.238.376
Não circulante	40.279	39.912	40.279	39.912

<sup>(</sup>a) A Companhia possuía créditos antecipados com as adquirentes de cartões de créditos e títulos cedidos com instituições financeiras, sem direito de regresso, no montante de R\$212.923 (R\$209.984 em 31 de dezembro de 2019), sobre os quais é aplicado um desconto médio de CDI + 2,07% a.a. (desconto médio de CDI + 0,62% a.a. em 2019).

#### Abertura por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.361.844	1.182.564	1.363.524	1.199.944
Títulos vencidos	77.839	78.288	78.267	78.344
De 1 a 30 dias	43.634	39.611	43.646	39.654
De 31 a 60 dias	21.851	22.224	21.877	22.234
De 61 a 90 dias	10.257	8.736	10.336	8.736
De 91 a 180 dias	1.608	3.877	1.919	3.880
De 181 a 365 dias	424	2.223	424	2.223
Vencidos acima de 365 dias	65	1.617	65	1.617
Total	1.439.683	1.260.852	1.441.791	1.278.288

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Contas a receber e obrigações contratuais com clientes--Continuação

A Companhia efetua o ajuste a valor presente para títulos a receber não circulantes dos acordos com clientes, utilizando a taxa de 3,78% a.a. (4,91% a.a. em 2019) referente CDI médio + spread bancário. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Saldo inicial	(26.764)	(19.428)	(26.746)	(19.428)	
Adições	(47.578)	(14.011)	(48.081)	(14.030)	
Reversões	14.584	6.675	14.567	6.676	
Saldo final	(59.758)	(26.764)	(60.260)	(26.782)	

Os impactos da COVID-19 no ambiente de negócios fizeram com que a Companhia revisasse a construção de sua Perda Estimada com recebíveis. Tendo em vista o cenário econômico de incerteza e seu potencial efeito sobre a capacidade financeira dos seus clientes, a Companhia incorporou no cálculo da Perda Estimada com recebíveis um fator de risco de crédito adicional ao nível histórico de perdas. Esse maior potencial de perda é construído a partir de uma combinação de indicadores de risco divulgados por instituições de mercado. Esta premissa será revisitada periodicamente e será alterada na medida que mude a percepção de risco sobre sua carteira de recebíveis. A análise de risco de crédito está apresentada na Nota 25.

#### 5.1. Obrigações contratuais com clientes

A Companhia mantém saldo de provisão para perdas futuras que podem ser geradas através de cancelamentos de vendas efetuados por seus clientes, por vendas não performadas, gerando um passivo de restituição ou contraprestação ao cliente, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações contratuais com clientes	69.841	_	69.841	22.000
<b>5</b> ,	69.841	-	69.841	22.000
Circulante	22.553	-	22.553	22.000
Não circulante	47.288	-	47.288	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Telefone celular	432.135	194.659	432.135	194.659
Acessórios	114.951	72.684	114.951	74.033
Computadores	66.042	111.971	66.042	111.971
Televisores	13.135	13.802	13.135	13.802
Games e consoles	787	16.151	787	17.216
Câmeras fotográficas	13	2.292	13	2.292
Outros	16.601	15.213	16.601	15.280
Provisão para perdas	(1.699)	(7.407)	(1.699)	(7.411)
	641.965	419.365	641.965	421.842
Circulante	615.258	419.365	615.258	421.842
Não circulante	26.707	-	26.707	-

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020 31/12/2019		
Saldo inicial	(7.407)	(1.024)	(7.411)	(1.574)	
Saldo incorporado	-	-	-	549	
Adições	(5.320)	(9.455)	(5.325)	(9.458)	
Baixas	11.028	3.072	11.037	3.072	
Saldo final	(1.699)	(7.407)	(1.699)	(7.411)	

Não houve impactos relevantes no grupo de estoques em função da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) vide nota 2.3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Tributos a recuperar

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
ICMS (a)	100.639	125.299	100.639	125.299	
ICMS - ST (b)	17.728	12.020	17.728	12.020	
PIS e COFINS (c)	95.294	76.612	95.294	76.843	
IPI a recuperar	15.656	19.929	15.656	19.929	
IRRF a recuperar	1.639	235	1.639	629	
Outros impostos	8.634	3.119	8.634	4.236	
	239.590	237.214	239.590	238.956	

- (a) De acordo com o artigo 73 do RICMS/SP, os créditos podem ser utilizados para pagamento de fornecedores, mediante a transferência de créditos de ICMS, quando homologados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
- (b) A Companhia possui estabelecimento que opera como contribuinte substituído no estado de São Paulo, gerando créditos de ICMS em decorrência de operações realizadas para outros estados. Os créditos poderão ser ressarcidos nos termos do artigo 270 do RICMS/SP.
- (c) A Allied Tecnologia S.A. opera no regime da não cumulatividade para apuração do PIS e da COFINS, conforme Leis nos 10.637/02 e 10.833/03, que permite o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS em relação aos custos e despesas (Insumos), expressamente relacionados nos incisos I ao IX do artigo 3º das leis em questão.

#### Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Em março de 2017, a Companhia ingressou com uma ação judicial para não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo decisão favorável na 1ª instância publicada em setembro de 2017. Atualmente o processo encontra-se em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Conforme normas contábeis vigentes, a Administração da Companhia não reconheceu nenhum crédito oriundo dessa ação judicial em demonstrações contábeis da controladora e consolidado, por não ter decisão definitiva do processo correspondente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

		Ativo d	iferido			Passivo diferido			
	Contro	ladora	Consc	olidado	Contro	oladora	ora Consolidad		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Prejuízo fiscal de imposto de									
renda	42.997	36.685	42.997	36.685	-	-	_	-	
Provisão para perdas de créditos									
esperadas	20.318	9.100	20.318	9.100	-	-	_	-	
Base negativa da CSLL	15.479	13.207	15.479	13.207	-	-	-	-	
Provisão de fornecedores (i)	12.231	10.418	12.231	11.329	-	-	-	-	
Amortização dos ativos da Wooza	5.496	7.049	5.496	7.049	-	-	-	-	
Efeito CPC (06) IFRS 16	2.823	1.387	2.823	1.387	-		-		
Provisão para perda de crédito de									
ICMS	1.540	949	1.540	949	-	-	-	-	
Contencioso trabalhista	1.035	1.453	1.035	1.453	-	-	-	-	
Provisão para perda no estoque	578	2.518	578	2.518	-	-	-	-	
Amortização ativos Arte Telecom	172	195	172	195	-	-	-	-	
Ajuste a valor presente	106	336	106	336	-	-	-	-	
Provisão tributária	-	-	-	5.308	-		-		
Derivativos	-	28	-	28	-	-	-	-	
Amortização ágio (ii)		-	-	-	150.867	108.803	150.867	108.803	
	102.775	83.325	102.775	89.544	150.867	108.803	150.867	108.803	
	<del></del>								
Passivo líquido total	-	_	-	-	48.092	25.478	48.092	19.259	

<sup>(</sup>i) As obrigações com fornecedores de serviços são reconhecidas conforme o princípio da competência, enquanto não houver o recebimento dos documentos de cobrança emitidos para registro na rubrica de "Fornecedores".

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência substancial sobre o prejuízo fiscal e base negativa acumulados, principalmente, por efeito do benefício da dedutibilidade do ágio pela incorporação das controladas Allied S.A., Arte Telecom e Wooza Representações e foram avaliados como recuperáveis em um prazo estimado máximo de nove anos, conforme estudos preparados pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis futuros e expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos.

<sup>(</sup>ii) O IRPJ e a CSLL diferidos resultam do benefício fiscal decorrente do ágio de rentabilidade futura, na incorporação pela Allied Tecnologia S.A. das incorporadas Allied S.A, Arte Telecom e Wooza Representações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Nos últimos cinco anos completos, a Companhia não obteve resultado tributável, exclusivamente por efeito do benefício da dedutibilidade do ágio pela incorporação das controladas, como resumido nas apurações dos últimos 2 anos abaixo:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição		
social	192.260	108.936
Ajustes temporários	31.960	34.395
Ajustes permanentes	(125.753)	(84.507)
Dedutibilidade de ágio em investimentos	(123.716)	(89.407)
Prejuízo fiscal do exercício	(25.249)	(30.583)

Caso essa dedutibilidade fiscal da amortização do ágio não tivesse ocorrido, a Companhia teria lucro tributável, como segue:

	2020	2019
Prejuízo fiscal do exercício	(25.249)	(30.583)
Benefício fiscal do ágio	123.716	89.407
Lucro real tributável	98.467	58.824
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto que seria devido excluindo o efeito da dedutibilidade do ágio	(33.479)	(20.000)

Cabe ressaltar que a amortização do ágio tem exaustão relevante em 2021 e exaustão completa em 2024, quando as projeções dos lucros tributáveis futuros da Companhia passam a apresentar perspectiva de lucro tributável e assim iniciar a compensação dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados.

As projeções dos lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos.

Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas expectativas. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Controladora e Consolidado
2021	27.583
2022	5.892
2023	18.402
2024	22.066
2025	26.619
2026	1.271
2027	314
2028	314
2029	314
Total	102.775

# b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	192.260	108.936	192.260	110.833
Alíquota nominal (25% de IR e 9% de CSLL)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(65.368)	(37.038)	(65.368)	(37.683)
Benefício compete - Nota 17.b	45.031	31.229	45.031	31.229
Equivalência patrimonial	(144)	1.290	-	-
Outros	(4.134)	(3.787)	(4.278)	(3.749)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(24.615)	(8.306)	(24.615)	(10.203)
Imposto corrente	(1.092)	-	(1.092)	(4.953)
Imposto diferido	(23.523)	(8.306)	(23.523)	(5.250)
Alíquota efetiva	13%	8%	13%	9%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Investimento

Os investimentos em 31 de dezembro de 2020 estavam assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Movimentação dos investimentos		
Saldo no início do período	180.637	233.722
Equivalência patrimonial	(423)	3.793
Wooza - reclassificação do ágio para intangível (c)	(171.544)	-
Wooza - acervo líquido (c)	(10.114)	-
Mobcom - acervo líquido (d)	448	-
Arte Telecom - reclassificação do ágio para intangível (a)	-	(27.759)
Arte Telecom - acervo líquido (a)	-	(17.129)
Dividendos recebidos da controlada Wooza	-	(12.000)
Soudi (b)	4.306	10
Saldo no final do período	3.310	180.637

(a) Em 2 de janeiro de 2019, ocorreu a incorporação da Arte Telecom Ltda pela Companhia, com sua consequente extinção e com a incorporação total do acervo patrimonial. Com a incorporação todas a quotas de emissão da Arte Telecom foram canceladas, sendo que a versão do patrimônio líquido da Arte Telecom para a Companhia não resultou em aumento do capital social.

Em decorrência da incorporação, o ágio de R\$ 27.759 foi reclassificado para o intangível na Controladora.

#### Balanço patrimonial Arte Telecom Ltda. Saldos em 2 de janeiro de 2019

	Odidos cili Z	de janeiro de 2013	
Ativo circulante	69.325	Passivo circulante	58.615
Caixa e equivalente de caixa	38.146	Fornecedores	52.804
Clientes	4.705	Obrigações tributárias	2.373
Estoques	22.696	Obrigações trabalhistas	604
Impostos a recuperar	3.424	Adiantamento a clientes	2.498
Outros créditos	354	Outras obrigações	336
Ativo não circulante	6.528	Passivo não circulante	109
Imobilizado	2.629	Provisão para demandas judiciais	109
Intangível	3.899	,	
Total do ativo	75.853	Acervo patrimonial	17.129

(b) Em 23 de agosto 2019, a Companhia constituiu uma subsidiária denominada Soudi Pagamentos Ltda., com objetivo de prestar serviços relacionados a meios de pagamento em geral.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Investimento--Continuação

(c) Em 1º de janeiro de 2020, ocorreu a incorporação da Wooza Tecnologia e Representações S.A. pela Companhia, com sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial. Com a incorporação todas as ações da Wooza foram canceladas, sendo que o acervo patrimonial da Wooza para a Companhia não acarretou aumento do capital social.

Em decorrência da incorporação, o ágio de R\$ 171.544 foi reclassificado para o intangível na Controladora.

Balanço patrimonial Saldos da Wooza incorporados na controladora em 1º de janeiro de 2020

Ativo circulante	34.848	Passivo circulante	42.042
Caixa e equivalente de caixa	2.514	Fornecedores	4.962
Clientes	21.929	Obrigações contratuais com clientes	22.000
Estoques	66	Passivo de arrendamento	544
Impostos a recuperar	1.483	Obrigações tributárias	3.060
Imposto de renda diferido	6.219	Obrigações trabalhistas	5.816
Partes relacionadas	183	Adiantamento a clientes	488
Outros créditos	2.454	Partes relacionadas	4.174
		Outras obrigações	998
Ativo não circulante	24.506	Passivo não circulante	7.198
Imobilizado (ativo de direito de uso)	4.308	Fornecedores	1.000
Imobilizado	2.901	Passivo de arrendamento	3.965
Intangível	17.297	Obrigações tributárias parceladas	2.233
		Acervo patrimonial líquido incorporado	10.114
Total do ativo	59.354	Total do passivo	59.354

(d) Em 1º de novembro de 2020, ocorreu a incorporação da Mobcom Tecnologia Ltda pela Companhia, com sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial. Com a incorporação todas a quotas de emissão foram canceladas, sendo que a versão do patrimônio líquido da Mobcom para a Companhia não acarretou aumento do capital social.

Balanço patrimonial
Saldos da Mobcom incorporados na controladora em 1º de novembro de 2020

Ativo circulante	271	Passivo circulante	719
Caixa e equivalente de caixa	239	Fornecedores	719
Clientes	1		
Impostos a recuperar	27		
Outros créditos	4		
			(440)
		Acervo patrimonial líquido incorporado	(448)
Total do ativo	271	Total do passivo	271

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Arrendamento mercantil

A Companhia detém principalmente arrendamento de imóveis, como lojas físicas, centros de distribuição e escritórios corporativos, para o qual representou um impacto patrimonial inicial em 2019 de R\$101.309 na Controladora e R\$106.520 no Consolidado, com a criação da rubrica "arrendamento mercantil" no passivo circulante e não circulante, e sua contrapartida no ativo não circulante, com a criação da rubrica "direito de uso".

Para todos os contratos vigentes na adoção inicial, foi considerado o prazo remanescente de cada contrato na base de 01/01/2019 e foi analisada sua expectativa de renovação.

Para os contratos adicionados em 2019, a taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento foi determinada pela taxa nominal (sem desconsiderar os efeitos da inflação) utilizada pela Companhia em sua captação de debêntures ao mercado efetuada no final de 2018, taxa que já contém a taxa incremental incluída, de 118,5% do CDI, sendo o CDI equivalente projetado considerando cada vencimento contratual.

Para os contratos adicionados em 2020, revisamos a taxa de desconto, determinada pela taxa nominal utilizada pela Companhia em sua captação de debêntures ao mercado efetuada no final de 2019, de 100% do CDI, acrescidos a 1,6% a.a., compondo a taxa incremental, sendo o CDI projetado considerando cada vencimento contratual, conforme tabela abaixo:

Ano	CDI projetado	Spread	Taxa incremental
1	4,35%	1,6% a.a.	6,02%
2	4,79%	1,6% a.a.	6,47%
3	5,30%	1,6% a.a.	6,99%
4	5,68%	1,6% a.a.	7,37%
5	5,97%	1,6% a.a.	7,66%
6	6,20%	1,6% a.a.	7,90%
7	6,34%	1,6% a.a.	8,04%
8	6,47%	1,6% a.a.	8,17%
9	6,59%	1,6% a.a.	8,29%
10	6,69%	1,6% a.a.	8,40%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Arrendamento mercantil--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos de arrendamento estavam assim compostos:

	Controladora		Conso	lidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Ativos					
Saldo inicial	107.246	101.309	111.554	106.520	
Incorporação direito de uso controlada	4.308	-	-	-	
Adição e remensuração	29.097	23.885	29.097	23.885	
Baixas	(3.806)	(3.395)	(3.806)	(3.395)	
Depreciação	(19.200)	(14.553)	(19.200)	(15.456)	
	117.645	107.246	117.645	111.554	
Passivo					
Saldo inicial	111.265	101.309	115.774	106.521	
Incorporação	4.509	-	-	-	
Adição e remensuração	29.097	23.047	29.097	23.047	
Baixas	(4.052)	(2.635)	(4.052)	(2.635)	
Pagamentos	(27.716)	(21.204)	(27.716)	(22.411)	
Juros incorridos	12.672	10.748	12.672	11.252	
	125.775	111.265	125.775	115.774	
Passivo circulante	17.294	12.930	17.294	13.474	
Passivo não circulante	108.481	98.335	108.481	102.300	

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

	Contro	oladora	Consolidado		
Ano	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
0004		45 475		40.070	
2021	-	15.475	-	16.078	
2022	19.107	15.910	19.107	16.575	
2023	19.519	15.941	19.519	16.639	
2024	16.893	13.237	16.893	14.010	
2025	15.650	12.246	15.650	13.104	
2026	15.788	12.346	15.788	12.714	
2027	13.054	9.938	13.054	9.938	
2028	6.331	3.209	6.331	3.209	
2029	1.896	33	1.896	33	
2030	227	-	227	-	
2031	16	-	16	-	
	108.481	98.335	108.481	102.300	

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 103 contratos de aluguel (91 em 31 de dezembro de 2019) reconhecidos como operações de arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Arrendamento mercantil--Continuação

Os descontos de aluguéis obtidos pela Companhia durante a pandemia da Covid-19, estão destacados nas notas explicativas 20, 21 e 22.

A Companhia reconheceu despesas relacionadas aos pagamentos de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, demonstradas nas Notas Explicativas 21 e 22. Para os contratos de aluguel de lojas e quiosques que estabelecem valores de aluguel variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais, foram registradas despesas no montante de R\$3.095 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.713 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Companhia efetuou estimativas dos reajustes inflacionários nos fluxos de caixa. Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados monetariamente, estão demonstrados conforme quadro abaixo:

	Contro	oladora	Consolidado		
Ano	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
2020	-	11.677	_	12.213	
2021	14.339	14.060	14.339	14.703	
2022	17.011	16.684	17.011	17.441	
2023	18.138	17.798	18.138	18.650	
2024	15.947	15.600	15.947	16.599	
2025	15.764	15.361	15.764	16.526	
2026	16.385	16.313	16.385	16.722	
2027	13.347	13.799	13.347	13.799	
2028	4.654	4.758	4.654	4.758	
2029	58	59	58	59	
	115.643	126.109	115.643	131.470	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Intangível

#### Controladora

Intangível	(%) amortização anual	31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Incorporação (i)	31/12/2020
Coftworoo (a)	10/20	7.369	5.148	(370)	(0.474)	995	17.210	22.178
Softwares (a)				(370)	(8.174)	993	17.210	_
Fundo de comércio	20	36.279	25.607	-	(15.877)	-	-	46.009
Agio na aquisição de controladas	-	447.036	-	-	-	-	171.544	618.580
Carteira de Clientes - Wooza	10	53.154	-	-	(6.720)	-	-	46.434
Franquias - Arte Telecom	10	13.163	-	-	(1.534)	-	-	11.629
Outros	-	2.459	5.649	(4.306)	-	(995)	-	2.807
Total		559.460	36.404	(4.676)	(32.305)	-	188.754	747.637

<sup>(</sup>i) Incorporação Wooza, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.e nº 9.

### Consolidado

Intangível	(%) amortização anual	31/12/2019	Adicão	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2020
Softwares (a)	10/20	24.695	5.062	(370)	(8.174)	995	22.208
Fundo de comércio	20	36.279	25.607	` -	(15.877)	-	46.009
Marcas e patentes	-	4	-	_	-	-	4
Ágio na aquisição de controladas	-	618.580	-	-	-	-	618.580
Carteira de clientes Wooza	10	53.154	-	-	(6.720)	-	46.434
Franquias - Arte Telecom	10	13.163	-	-	(1.534)	-	11.629
Outros	-	2.496	7.764	-	•	(995)	9.265
Total		748.371	38,433	(370)	(32,305)	-	754.129

<sup>(</sup>a) Softwares

As amortizações referentes à Companhia Allied são realizadas com taxa de 20% ao ano. Já os valores alocados no valor do preço pago à Wooza são amortizados à taxa de 10% ao ano, conforme vida útil definida no laudo de avaliação a valor justos dos ativos e passivos adquiridos/identificados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Intangível--Continuação

Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis de vida útil indefinidas foram submetidos a teste de recuperabilidade a luz do CPC 01 R1. O teste de recuperabilidade para o ágio e outros intangíveis compreendeu o cálculo do valor recuperável da UGC.

A administração elaborou uma estimativa do valor recuperável da UGC com base no critério do valor em uso.

A UGC corresponde à entidade Allied Tecnologia S.A. ("Allied"), controladora, contendo os resultados da Arte Telecom, incorporada em início do exercício de 2019, e da Wooza Tecnologia e Representações S.A. ("Wooza"), incorporada em 1º de janeiro de 2020.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, considerando-se a seguinte taxa de desconto:

Método: WACC;

• Taxas:

Impo	ostos	
Antes	Depois	
17,6%	12,5%	

- Taxa de crescimento médio ponderado nos cinco primeiros anos 6% a.a. + inflação (em termos nominais):
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 3,5% (em termos nominais, correspondente a inflação de longo prazo).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos cinco exercícios aprovados pela Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil da Companhia de ativos geradores de fluxos de caixa.

A Companhia efetua anualmente os testes de revisão e para o exercício de 2020 não identificou perdas por não recuperação dos ágios e demais ativos registrados na UGC.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Intangível -- Continuação

Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis--Continuação

Os ativos consolidados alocados a cada UGC estão apresentados na tabela a seguir:

_	UGC	Allied UGC Controladas		ntroladas	Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado	33.828	21.146	-	2.901	33.828	24.047
Outros intangíveis	129.057	57.166	6.492	72.625	135.549	129.791
Ágio	618.580	447.036	-	171.544	618.580	618.580
- -	781.465	525.348	6.492	247.070	787.957	772.418

### 12. Fornecedores

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais (a)	1.753.068	1.329.546	1.753.068	1.335.888
Fornecedores estrangeiros	7.761	11.145	7.761	11.145
	1.760.829	1.340.691	1.760.829	1.347.033
Circulante	1.760.829	1.340.691	1.760.829	1.346.033
Não circulante	-	-	-	1.000

<sup>(</sup>a) Saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que recebem de forma antecipada por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e Companhia, são utilizadas linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. O saldo de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$508.329 (R\$ 278.165 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Contro	oladora	Consc	lidado
Modalidade	Encargos financeiros - média ponderada - %	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional					
3ª Emissão de debêntures (a)	118,5% do CDI	78.874	158.825	78.874	158.825
4ª Emissão de debêntures (b)	CDI + 1,60% a.a.	344.575	343.422	344.575	343.422
Conta garantida	CDI + 2,55 a.a.	-	-	19.917	-
Total	·	423.449	502.247	443.366	502.247
Circulante Não circulante		79.018 344.431	78.218 424.029	98.935 344.431	78.218 424.029

(a) Em 26 de dezembro de 2018, foi aprovada a terceira emissão de debêntures simples no valor total de R\$160.000, não conversíveis em ações, em série única, emitindo-se 160.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1 a ser realizada pela Companhia.

Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 118,5% da variação acumulada do DI calculados *pro rata temporis*. A remuneração será paga trimestralmente, a partir de 26 de março de 2019.

O vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 36 meses, com liquidações trimestrais com carência de 15 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações junto aos Credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletos bancários a vencer nas contas vinculadas abertas no Banco do Brasil (Garantias).

O contrato das debêntures requer a manutenção do índice Dívida Líquida/EBTIDA inferior ou igual a 3,0 vezes para o exercício social encerrado em 2018; e inferior ou igual a 2,5 vezes para os demais exercícios até a data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas desse contrato.

Até 31 de dezembro de 2020 foi pago o montante de R\$80.511 referente ao principal e R\$4.486 referentes aos juros do contrato de debêntures.

(b) Em 25 de dezembro de 2019, foi aprovada a quarta emissão de debêntures simples no valor de R\$350.000, não conversíveis em ações, em série única, emitindo-se 350.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1 a ser realizada pela Companhia.

Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI calculados *pro rata temporis*, acrescidos a 1,6% a.a. A remuneração será paga trimestralmente, a partir de 25 de março de 2020.

O vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 60 meses, com liquidações semestrais com carência de 30 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão, com vencimento final em 25 de dezembro de 2024.

Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações junto aos Credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletos bancários a vencer nas contas vinculadas abertas no banco Bradesco (Garantias).

O contrato das debêntures requer a manutenção do índice Dívida Líquida/EBTIDA inferior ou igual a 2,5 vezes para cada exercício social, desde 31 de dezembro de 2019 até a data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas desse contrato.

Até 31 de dezembro de 2020 foi pago o montante de R\$15.110 referentes aos juros do contrato de debêntures.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Partes relacionadas (reapresentado)

#### Ativo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Soudi Pagamentos Ltda. (i)	1.006	-	-	-
Wooza Tecnologia e Representações S.A. (ii) Partes relacionadas sob controle indireto comum	-	5.188	-	-
(iii)	3.212	2.597	3.212	2.597
Total circulante	4.218	7.785	3.212	2.597
Soudi Pagamentos Ltda. (a)	15.902	883	-	-

<sup>(</sup>a) Valores registrados na Controladora na rubrica de conta a receber.

#### Passivo com partes relacionadas

	Contro	oladora	Consc	lidado
Credor	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nota promissória - não controladores - Nota 17.c	21.047	45.346	21.047	45.346
Wooza Representações S.A.	-	1.198	-	-
Total circulante	21.047	46.544	21.047	45.346

### Outras transações no resultado com partes relacionadas

As transações de compra e venda com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

#### Consolidado

	Ver	ndas	Cu	stos
Controladas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mobcom Tecnologia Ltda.	(2.197)	1.822	2.207	(1.296)
	Vor	ndas	Cus	stos
	vei	iuas	Cu.	3103
Outras partes relacionadas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Partes relacionadas (reapresentado)--Continuação

Outras transações no resultado com partes relacionadas -- Continuação

Consolidado--Continuação

	Outras receitas		Outras receita		Despesas ad	ministrativas
Controladas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Soudi Pagamentos Ltda. (i)	-	-	(1.006)	-		
Allied Tecnologia S.A. (i)	1.006	-	-	-		
	Receitas f	inanceiras	Despesas	financeiras		
Controladas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Wooza Tecnologia e Representações S.A. (ii)	-	490	-	- (400)		
Allied Tecnologia S.A. (ii)	-	-	-	(490)		

<sup>(</sup>i) Prestação de serviços compartilhados

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O valor agregado da remuneração e benefícios concedidos aos administradores, conselheiros e membros de comitês estatutários por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$9.740 (de R\$8.652 em 31 de dezembro de 2019).

### 15. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia mantém o registro de provisão para cobrir riscos, quando considerados prováveis de desembolso de caixa futuro com base na avaliação de seus assessores jurídicos. O montante provisionado para esses riscos na Controladora e Consolidado é de R\$3.043 em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.274 em 31 de dezembro de 2019).

<sup>(</sup>ii) Operação de mútuo para capital de giro da controlada, sendo remunerado a taxa de 0,5% a.m.

<sup>(</sup>iii) Transações de compra e venda de produtos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para demandas judiciais--Continuação

As demandas consideradas como risco de perda possível, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2020 essas demandas totalizavam R\$2.778 de riscos cíveis, previdenciários ou trabalhistas (R\$2.715 em 31 de dezembro de 2019) e R\$59.588 de natureza tributária (R\$53.942 em 31 de dezembro de 2019). As principais contingências tributárias possíveis são: a) um auto de infração do estado do Espírito Santo por meio do qual a Companhia é acusada de deixar de escriturar na Escritura Digital - EFD, as notas fiscais eletrônicas, de emissão da Companhia no valor de R\$20.976; b) Contestação sobre créditos de ICMS não expurgados de vendas do estado do Espírito Santo para a Zona Franca de Manaus no valor de R\$ 13.648; e c) Exigência de débitos de ICMS do estado da Bahia no valor de R\$15.957.

# 16. Outros passivos

As aquisições das empresas Wooza Tecnologia S.A. e Arte Telecom Ltda. geraram obrigações com os antigos controladores das adquiridas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Credor	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ex-sócios da Wooza Tec. e Repres. S.A. (a)	4.977	17.280	4.977	17.280
Ex-sócios da Wooza Tec. e Repres. S.A Earn-out	-	24.939	-	24.939
Ex-controladores da Arte Telecom Ltda. (b)	11.796	21.329	11.796	21.329
Outros passivos	4.973	3.075	5.006	4.074
	21.746	66.623	21.779	67.622
Circulante Não circulante	11.504 10.242	38.801 27.822	11.537 10.242	38.746 28.876

<sup>(</sup>a) Valores corrigidos pelo CDI a partir de 28 de dezembro de 2019, até a data do seu efetivo pagamento, conforme estabelecido no contrato com os ex-sócios da Wooza Tecnologia e Representações S.A.

<sup>(</sup>b) Valor referente à aquisição da Arte Telecom, conforme detalhado na nota explicativa 9.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 15 de abril de 2019, o Conselho da Administração aprovou a integralização do Capital Social de R\$13.700 (685 ações) por meio de retenção de dividendos, os quais estavam registrados no passivo como dividendos a pagar, para os acionistas detentores de ações preferenciais de classe B.

Em 12 de dezembro de 2019, o Conselho da Administração aprovou a conversão da totalidade das 20.000 ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, sendo:

- (a) 2.500 (duas mil e quinhentas) ações preferenciais de classe A; e
- (b) 17.500 (dezessete mil e quinhentas) ações preferenciais classe B.

Essas 20.000 (vinte mil) ações ordinárias são nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária.

Em 3 de fevereiro de 2020, foi aprovado por AGE o grupamento das 636.973 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 8 ações ordinárias para cada 1 ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 79.622 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Tal grupamento não resulta na modificação do valor total do capital social e na participação proporcional dos acionistas.

Em 8 de setembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R\$ 13.677, com a consequente emissão de 1.285 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia. Detalhes sobre o plano encontram-se na nota explicativa nº 18.

Posteriormente, após a apuração das demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2020, como não se consumou o evento de liquidez com a oferta pública de ações, o Conselho de Administração aprovou em 19 de outubro de 2020 o cancelamento do exercício das opções de compra de ações ocorridas em 8 de setembro de 2020, recomprando as ações pelo mesmo valor da integralizado, mediante débito em reserva de capital, restaurando a vigência e os direitos das opções, conforme previsto nos respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados com os participantes do Plano, Na mesma data, as ações readquiridas foram canceladas, sem redução do capital social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social -- Continuação

Em 22 de fevereiro de 2021, após a apuração das demonstrações contábeis, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R\$ 8.863, com a consequente emissão de 794 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia. Detalhes sobre o plano encontram-se na nota explicativa nº 18.

Em decorrência desses movimentos, o capital social da Companhia é de R\$786.418 em 31 dezembro de 2020. Em 22 de fevereiro de 2021, o capital social é de R\$ 795.281, totalmente integralizado, divididos em 80.415 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, estando dentro do limite de capital autorizado no estatuto da Companhia.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 179.622 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações.

#### b) Reserva de lucros

A reserva de lucro está devidamente suportada pelo artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. A referida reserva foi constituída no exercício de 2015 e de acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, seu saldo está limitado ao capital social, devendo o excesso ser aplicado no aumento do capital ou na distribuição de dividendos. Durante o exercício, conforme proposta de orçamento de capital preparada pela Administração, R\$ 9.129 foram destinados como retenção de lucros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reserva de lucros--Continuação

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício ajustada na forma da lei, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Na forma da Lei, são consideradas subvenções para investimentos os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Espírito Santo (Compete) que beneficiam as operações da Companhia naquele Estado. Em consequência, o montante desse incentivo é registrado em conta de reserva específica, cujo saldo somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou compensação de prejuízos, não podendo ser distribuídos ou repassados aos sócios ou acionistas. O CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental orienta como os valores da subvenção governamental devem ser registrados.

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de lucros somava R\$332.644 (R\$171.704 em 31 de dezembro de 2019).

#### c) Dividendos

O Estatuto da Companhia determina que do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, destinar-se-á 5% para a constituição de reserva legal e o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25%.

Em 15 de abril de 2019, o Conselho da Administração aprovou a distribuição de R\$11.732 em dividendos adicionais pagos à conta de reserva de lucros retidos.

Em 12 de dezembro de 2019, com a finalidade de converter as ações preferenciais em ações ordinárias e assim cumprir o regulamento do Novo Mercado, viabilizando o planejamento de emissão pública de ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$45.220 em dividendos adicionais pagos à conta de reserva de lucros retidos para os acionistas titulares das ações preferenciais de classe A. As ações preferenciais de classe A possuíam preferência, nos termos do art. 17, I da Lei nº 6.404/1976, no recebimento de dividendos fixos e cumulativos em relação às ações ordinárias e as ações preferenciais de classe B.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) <u>Dividendos</u>--Continuação

Ainda no dia 12 de dezembro de 2019, os dividendos acima mencionados foram pagos aos acionistas titulares das ações preferenciais de classe A, mediante notas promissórias pró soluto de emissão da Companhia, onde R\$ 25.000 foram liquidados integralmente no primeiro semestre de 2020, com juros incorridos de R\$ 578, e R\$ 20.220 com vencimento em 30 de novembro de 2020, sendo corrigido a 137% do CDI, dando por liquidado os dividendos adicionais distribuídos dentro do prazo estipulado nos termos do art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976. As notas promissórias que inicialmente tinham vencimento para 30 de novembro de 2020 foram prorrogadas pelas partes para 30 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram constituídos os dividendos mínimos obrigatórios conforme tabela abaixo:

#### Controladora

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	167.645	100.630
Reserva legal	(8.382)	(5.031)
Reserva de incentivos fiscais	(132.443)	(91.850)
Base de cálculo para dividendos	26.820	3.749
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	6.705	937

### 18. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações com programas vigentes, além de um terceiro plano com nenhum programa vigente e participante outorgado. Os Planos foram aprovados como segue: (i) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014, posteriormente retificado em razão da incorporação da Allied S.A pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e aditado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 ("SOP 2014"); (ii) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018"); e (iii) Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aos administradores, executivos e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 3 de fevereiro de 2020 ("SOP 2020").

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Plano de opção de compra de ações--Continuação

No âmbito dos Planos, cada opção dá ao participante do SOP 2014 e/ou do SOP 2018, o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Além disso, em ambos os casos, as opções tornam-se vestidas de acordo com os prazos de carência contratuais indicados resumidamente abaixo:

Plano SOP 2014							
1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa				
20% após 12 ou 18 meses cor	ntados da data de outorga;						
20% após 24 ou 30 meses cor	ntados da data de outorga;						
20% após 36 ou 42 meses cor	itados da data de outorga;						
20% após 48 ou 54 meses cor	ntados da data de outorga; e						
20% após 60 ou 66 meses cor	tados da data de outorga.						

#### Plano SOP 2018

Dividido em 2 tranches, cada uma de 50% do total das opções outorgadas, sendo que na 1ª o participante deve permanecer vinculado como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas até o término dos prazos de carência abaixo especificados, nas seguintes proporções, e na 2ª, além da condição anterior, também deverá estar vinculado na ocorrência de um evento de liquidez.

Cada uma das tranches se divide nas seguintes proporções:

Dividido em 3 tranches, sendo a 1ª de 100 opções e as demais, cada uma de 50% do saldo remanescente das opções outorgadas, sendo que na 2ª o participante deve permanecer vinculado como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas até o término dos prazos de carência abaixo especificados, nas seguintes proporções, e na 3ª, além da condição anterior, também deverá estar vinculado na ocorrência de um evento de liquidez.

Cada uma das tranches se divide nas seguintes proporções:

1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
1ª e 2ª Tranches (cada):	1ª e 2ª Tranches (cada):	1ª Tranche:	1ª Tranche:
<ul><li>30% em 31 de maio de 2019;</li><li>30% em 31 de maio de 2020:</li></ul>	<ul> <li>30% no 1º aniversário;</li> <li>30% no 2º aniversário;</li> <li>25% no 3º aniversário;</li> </ul>	<ul> <li>100 opções em 08/09/2020:</li> <li>2ª e 3ª Tranches (cada):</li> <li>20% no 1º aniversário;</li> </ul>	<ul> <li>100 opções em 01/09/2020:</li> <li>2ª e 3ª Tranches (cada):</li> <li>20% no 1º aniversário;</li> </ul>
• 25% em 31 de maio de 2021;	<ul> <li>10% no 4º aniversário; e</li> <li>5% no 5º aniversário.</li> </ul>	<ul> <li>20% no 2º aniversário;</li> <li>20% no 3º aniversário;</li> </ul>	<ul> <li>20% no 2º aniversário;</li> <li>20% no 3º aniversário;</li> </ul>
<ul> <li>10% em 31 de maio de 2022; e</li> <li>5% em 31 de maio de 2023.</li> </ul>		<ul> <li>20% no 4º aniversário; e</li> <li>20% no 5º aniversário.</li> </ul>	<ul> <li>20% no 4º aniversário; e</li> <li>20% no 5º aniversário.</li> </ul>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Plano de opção de compra de ações--Continuação

De qualquer forma, em ambos os Planos, a ocorrência de um evento de liquidez (conforme definido nos Planos) é condição para o exercício das opções vestidas.

Por fim, em ambos os Planos, o preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

Movimentação de quantidade dos planos de opções de compra de ações, considerando o grupamento de ações de 3 de fevereiro de 2020:

Plano SOP			Vestidas /			
2014	Inicial	Outorgadas	(não vestidas)	Realizadas	Cancelados	Final
2019	1.002	-	661	-	(417)	1.246
2020	1.246	-	242	-	` <b>-</b>	1.488
		Quant	idade de opções	(em milhares)		
Plano SOP			Vestidas /			
2018	Inicial	Outorgadas	(não vestidas)	Realizadas	Cancelados	Final
2019	-	1.713	(568)	-	(509)	636

A Companhia não teve impactos ao resultado no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com seus planos de opções de compra de ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Receita líquida de vendas

	Control	ladora	Consolidado	
-	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	6.580.076	5.343.079	6.582.560	5.348.258
Receita de serviço	115.616	27.971	115.616	133.055
Devoluções, abatimentos, cancelamentos,				
e descontos	(943.691)	(972.795)	(943.714)	(972.991)
Impostos sobre vendas	(1.031.990)	(784.560)	(1.032.049)	(797.051)
Receita líquida das vendas	4.720.011	3.613.695	4.722.413	3.711.271

# 20. Custo dos produtos vendidos

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas	(4.332.839)	(3.479.519)	(4.335.232)	(3.484.596)
Descontos obtidos de fornecedores	372.700	391.933	372.700	392.017
Despesa com pessoal	(7.488)	(5.565)	(7.488)	(20.602)
Depreciação e amortização	(6.631)	(2.124)	(6.631)	(5.356)
Armazenagens	(5.890)	(5.994)	(5.890)	(5.980)
Desconto com armazenagem (Covid-19)	7	-	7	-
Material de embalagem	(1.600)	(1.100)	(1.600)	(1.100)
· -	(3.981.741)	(3.102.369)	(3.984.134)	(3.125.617)

# 21. Despesas com vendas

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Despesa com pessoal	(73.343)	(80.646)	(73.343)	(80.646)	
Fretes e carretos	(55.820)	(48.425)	(55.773)	(54.264)	
Comissões e representações	(82.379)	(50.735)	(82.337)	(54.114)	
Despesa com propaganda e marketing	(12.464)	(2.371)	(12.464)	(13.843)	
Devedores duvidosos	(32.994)	(7.336)	(32.976)	`(7.354)	
Perdas ou ganhos	(8.383)	(6.675)	`(7.876)	(7.637)	
Despesas com cobrança	(3.305)	(1.796)	(3.307)	(1.796)	
Despesa com depreciação	(35.419)	(19.392)	(35.419)	(19.390)	
Despesas de aluquel	`(5.169)	(6.963)	`(5.169)	(6.965)	
Desconto com aluguéis (Covid-19)	`7.802 <sup>°</sup>	-	`7.802 <sup>′</sup>	-	
Gastos com ocupação	(12.480)	(12.410)	(12.480)	(12.410)	
Taxa administrativa de cartão	(18.259)	(12.989)	(18.259)	(12.989)	
Outras despesas com vendas	(10.330)	`(8.101)	(10.330)	(12.856)	
•	(342.543)	(257.839)	(341.931)	(284.264)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Despesas gerais e administrativas

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(74.431)	(42.779)	(74.431)	(65.473)
Despesas com aluguel	•	-	•	(1.300)
Desconto com aluguéis (Covid-19)	255	-	255	` <u>-</u>
Gastos com ocupação	(4.097)	(2.327)	(4.097)	(2.327)
Despesa com serviços de terceiros	(24.938)	(16.405)	(24.947)	(25.561)
Despesa com depreciação e amortização	(16.343)	(15.359)	(16.343)	(18.370)
Despesas com seguros patrimoniais	(2.325)	(2.091)	(2.325)	(2.164)
Outras despesas gerais e administrativas	(Ì1.107)	(7.131)	(11.111)	(9.789)
, -	(132.986)	(86.092)	(132.999)	(124.984)

# 23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Recuperação (despesas) com impostos					
extemporâneos - ICMŚ	(2.856)	2.792	(2.856)	2.792	
Ações indenizatórias contratuais	` -	12.567	`	12.567	
Obrigações contratuais não efetivadas (earn-out)	13.362	11.539	13.362	11.539	
Rescisões e infrações	-	(9.878)	-	(9.878)	
Consultores jurídicos	(5.132)	(9.068)	(5.132)	(9.068)	
Despesas contingenciadas	` -	(3.225)	` -	(3.225)	
Crédito de seguros sinistro	558	1.174	558	1.179 <sup>°</sup>	
Resultado de baixa de imobilizado	(697)	741	(697)	(1.186)	
Outras receitas (despesas) operacionais	2.806	(1.069)	1.801	(1.513)	
	8.041	5.573	7.036	3.207	

### 24. Resultado financeiro

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Juros e multas	(54.162)	(32.564)	(54.188)	(32.876)	
Juros sobre debêntures	(19.727)	(30.709)	(19.727)	(30.709)	
Variação monetária e cambial passiva	` (167)	(1.307)	` (167)	(1.307)	
Juros de arrendamento	(12.672)	(10.748)	(12.672)	(11.252)	
Outras despesas financeiras	(2.886)	(3.721)	(2.886)	(3.955)	
Despesas financeiras	(89.614)	(79.049)	(89.640)	(80.099)	
Receita de aplicações financeiras	7.349	5.204	7.349	5.442	
Juros ativos	2.292	4.754	2.292	4.464	
Variação monetária e cambial ativa	929	538	929	540	
Outras receitas financeiras	945	728	945	873	
Receitas financeiras	11.515	11.224	11.515	11.319	
Resultado financeiro	(78.099)	(67.825)	(78.125)	(68.780)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

#### 25.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 5). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e ao contas a receber está representada abaixo:

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020 31/12/2019		31/12/2020 31/12/2019 31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras	28.152 338.360	7.755 281.579	42.060 340.254	9.190 283.078	
	366.512	289.334	382.314	292.268	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 25.1. Risco de crédito--Continuação

#### ii) Contas a receber de clientes

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020 31/12/2019		31/12/2019	
Contas a receber de clientes	1.439.683	1.260.852	1.441.791	1.278.288	
	1.439.683	1.260.852	1.441.791	1.278.288	

#### 25.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Em 31 de dezembro de 2020		Controladora					
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total		
Fornecedores	1.760.829	-	- -	-	1.760.829		
Arrendamento mercantil Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.294 79.018	19.107 114.806	52.062 229.625	37.312	125.775 423.449		
Outros passivos	11.504	10.242	-	-	423.449 21.746		
·	1.868.645	144.155	281.687	37.312	2.331.799		

Em 31 de dezembro de 2020		Consolidado					
		Até 2	De 3 a 5	Acima de			
<u>Operação</u>	Até 1 ano	anos	anos	5 anos	Total		
Fornecedores	1.760.829	_	-	-	1.760.829		
Arrendamento mercantil	17.294	19.107	52.062	37.312	125.775		
Empréstimos, financiamentos e							
debêntures	98.935	114.806	229.625	-	443.366		
Outros passivos	11.537	10.242	-	-	21.779		
	1.888.595	144.155	281.687	37.312	2.351.749		

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 25.2. Risco de liquidez--Continuação

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

#### 25.3. Risco de mercado

#### i) Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

#### ii) Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente *hedge* financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### 25.3. Risco de mercado--Continuação

#### ii) Risco de taxas de câmbio--Continuação

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Empréstimos, financiamentos e debêntures" no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/perdas - derivativos", líquidas.

#### iii) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto).

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários no cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +25% e +50% para a exposição aos passivos financeiros indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

	Controladora					
Indexador	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
4000/ 4-	Fluture 2 2 e					
CDI	do CDI	338.360	353.587	349.780	345.974	
		338.360	353.587	349.780	345.974	
	·					
100% do CDI	Flutuação do CDI Flutuação	423.449	442.504	447.268	452.032	
USD	do USD	7.761 431.210	7.292 449.796	9.114 456.382	10.937 462.969	
	100% do CDI 100% do CDI	100% do Flutuação do CDI  100% do Flutuação CDI do CDI Flutuação	Indexador         Risco         Saldo em 31/12/2020           100% do CDI         Flutuação do CDI         338.360           100% do CDI         Flutuação do CDI         423.449           Flutuação do USD         7.761	Indexador         Risco         Saldo em 31/12/2020         Cenário provável           100% do CDI         Flutuação do CDI         338.360         353.587           338.360         353.587           100% do CDI do CDI Flutuação CDI Flutuação USD         423.449         442.504           USD         40 USD         7.761         7.292	Indexador         Risco         Saldo em 31/12/2020         Cenário provável         Cenário possível           100% do CDI         Flutuação do CDI         338.360         353.587         349.780           100% do CDI         338.360         353.587         349.780           100% do CDI         423.449         442.504         447.268           USD         do USD         7.761         7.292         9.114	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Gestão de riscos financeiros--Continuação

# 25.3. Risco de mercado--Continuação

#### iii) Análise de sensibilidade--Continuação

		Consolidado				
Operação	Indexador	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos financeiros Aplicações financeiras	100% do	Flutuação				
(Nota 4.1)	CDI	do CĎI	284.259	292.445	290.399	288.352
Total			284.259	292.445	290.399	288.352
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e	100% do	Flutuação				
debêntures	CDI	do CDI	456.080	469.215	472.499	475.783
Total			456.080	469.215	472.499	475.783

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil - BCB, no boletim *Focus*, no fechamento de 29 de janeiro de 2021, projetado para 2022.

#### 25.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

#### 26. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 26. Seguros contratados--Continuação

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	
Responsabilidade civil para administradores	40.000	40.000	
Responsabilidade civil para profissionais	2.000	2.000	
Riscos operacionais	47.000	40.000	
Seguro de crédito	159.459	159.459	
Seguro patrimonial	370.500	370.500	
Seguro garantia	17.512	-	
	636.471	611.959	

# 27. Lucro por ação

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	_ Controladora (	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	
Lucro líquido do período	167.645	100.630	
Número total ponderado de ações	80.415	80.415	
Lucro básico por ação (em reais)	2,0847	1,2514	
	\(\frac{1}{2}\)		

#### b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de opções de compra de ações com outorga potencial de 5.462 opções de ações (5.462 em 2019) e o potencial de diluição total deste é representado por 85.084 opções de ações (85.084 em 2019), já incluída a outorga inicial.

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019		
Lucro líquido do período Número total ponderado de ações e opções exercíveis	167.645 85.994	100.630 85.994		
Lucro diluído por ação (em reais)	1,9495	1,1702		

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 28. Eventos subsequentes

#### a) Distribuição de dividendos

Em 11 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de dividendos intercalares e intermediários aos acionistas, no valor de R\$ 43.000, dos quais R\$ 17.691 serão distribuídos como dividendos intercalares, a conta do lucro líquido do referido período e R\$ 25.309 como dividendos intermediários, com base no saldo da reserva de lucro de 31 de dezembro de 2019. O dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2020 está contemplado nos dividendos intercalares. Os dividendos intercalares e intermediários serão pagos com base na composição acionária da Companhia na presente data.

#### b) Aumento de capital

Em 22 de fevereiro de 2021, após a apuração das demonstrações contábeis, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R\$ 8.863, com a consequente emissão de 794 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações.

#### c) Potencial oferta pública restrita de ações

Em 22 de fevereiro de 2021, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que avalia a possibilidade de realização de uma oferta pública inicial para distribuição primária e secundária, com esforços restritos, de ações ordinárias de sua emissão ("Potencial Oferta"). Para tanto, engajou o Banco BTG Pactual S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco Itaú BBA S.A., a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., a Easynvest -Título Corretora de Valores S.A. e determinadas afiliadas internacionais dessas instituições, para a prestação de serviços de assessoria financeira no âmbito da Potencial Oferta, incluindo trabalhos preparatórios para a definição da viabilidade e dos termos da Potencial Oferta.